

CONGRESSO

Sigla ligada ao bolsonarismo, PL projeta ampliar a maior bancada da Casa durante período que viabiliza troca de partidos sem perda de mandato. Para especialistas, regra permite maior flexibilidade, mas enfraquece a identidade programática das legendas

Janela acelera rearranjos de olho nas urnas

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

A janela partidária para as eleições de 2026 já movimenta os bastidores do Congresso e das assembleias legislativas. O período, que permite a troca de partido sem risco de perda de mandato por infidelidade partidária, segue aberto até 3 de abril e integra o calendário oficial definido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Previsto na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995), o mecanismo funciona como exceção à regra da fidelidade partidária e costuma ser usado para ajustes estratégicos no ano eleitoral. Durante esse intervalo, deputados federais, estaduais e distritais podem migrar de legenda sem sofrer sanções. Já ocupantes de cargos majoritários — como presidente da República, governadores e senadores — não dependem desse período para mudar de sigla, desde que cumpram a exigência de filiação partidária ao menos seis meses antes da eleição.

A movimentação na janela partidária costuma provocar impacto imediato no tabuleiro político. Bancadas podem crescer ou encolher, partidos reforçam quadros considerados competitivos e as articulações para formação de chapas ganham intensidade. As mudanças também influenciam o posicionamento das siglas na disputa eleitoral e a organização das estratégias regionais para 2026.

Encerrado o período, a próxima etapa do processo eleitoral serão as convenções partidárias, previstas entre 20 de julho e 5 de agosto. É nesse intervalo que as legendas oficializam candidaturas. O primeiro turno das eleições de 2026 está marcado para 4 de outubro.

Nos bastidores da Câmara dos Deputados, parlamentares avaliam cenários eleitorais e calculam onde terão maior viabilidade de reeleição. A decisão, muitas vezes, passa menos por alinhamento ideológico e mais pela composição das chapas estaduais, que define a competitividade de cada candidatura.

Interlocutores ouvidos pelo **Correio** sob reserva afirmam que parte das negociações ocorre com cautela diante das incertezas envolvendo possíveis federações partidárias. Segundo os relatos, dirigentes evitam antecipar decisões porque alianças

nacionais ainda podem alterar a configuração das chapas.

Em alguns casos, a possibilidade de federação entre partidos tem gerado resistência em diretórios estaduais. A avaliação é que a união obrigaria as legendas a dividir espaço nas listas de candidatos, reduzindo o número de vagas disponíveis para cada grupo político. Em estados onde as siglas são adversárias, a composição também enfrenta dificuldades.

Alinhamento

Entre os partidos que esperam ampliar a bancada está o Partido Liberal (PL). O líder da legenda na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou ao **Correio** que a sigla pretende recuperar parte das cadeiras perdidas nos últimos meses e chegar ao fim da janela com cerca de 100 parlamentares.

Segundo ele, o partido iniciou o período com 99 deputados e atualmente tem 87. A estratégia, de acordo com o líder, é atrair nomes alinhados ideologicamente à legenda. “É a oportunidade que os parlamentares têm de estar em chapas que consideram mais favoráveis ou buscar alinhamento ideológico. O presidente Valdemar (Costa Neto) foi muito elegante com parlamentares que quiseram sair. Estamos fazendo um trabalho de garimpar pessoas mais alinhadas e espero fechar a janela com no mínimo 100 deputados”, afirmou.

Sóstenes disse ainda que o número pode chegar a aproximadamente 107 parlamentares até o encerramento do prazo. “Já tivemos algumas filiações e outras devem acontecer ao longo das próximas semanas”, acrescentou. A assessoria de comunicação da legenda, no entanto, afirmou à reportagem o número estimado de 107 deputados na legenda após a migração por meio da janela partidária.

No União Brasil, a avaliação é de que o movimento é natural e faz parte da dinâmica eleitoral. O líder da bancada, Pedro Lucas Fernandes (MA),

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Período de 30 dias segue até 3 de abril e vale exclusivamente para parlamentares eleitos pelo sistema proporcional, caso dos deputados



A janela, em teoria, ajudaria a criar maior vínculo do parlamentar com o partido. Contudo, na prática, o que ocorre é um leilão pelo fundo eleitoral. O deputado negocia maior percentual de recursos ou uma posição mais favorável na chapa e muda de partido"

Rudá Racci, *cientista político*

comentou que o principal fator que orienta as decisões dos deputados é o cenário político nos estados. “Isso é normal aqui no Congresso. Sempre entra e sempre sai gente. Todo mundo está querendo sobreviver politicamente nos seus estados. É uma dinâmica muito voltada para o cenário local”, opinou.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) também avalia que as mudanças fazem parte de um processo recorrente no sistema político brasileiro. “Vai ter acomodação, são acomodações naturais durante a janela. Os parlamentares fazem avaliação do projeto nacional, do projeto nos estados, mas o peso maior é a decisão individual sobre

a própria reeleição”, garantiu.

Entre partidos de médio porte, a expectativa é ampliar a presença na Câmara durante as eleições de 2026. O líder do Partido Socialista Brasileiro (PSB), deputado Jonas Donizette (SP), disse que a legenda trabalha para fortalecer as chapas estaduais e dobrar a bancada no próximo mandato.

Hoje com 16 deputados federais, o partido acredita que poderá chegar a cerca de 30 parlamentares após o pleito. Segundo Donizette, a estratégia inclui ampliar a presença regional e lançar candidaturas majoritárias apenas onde houver competitividade. “A janela partidária é um mecanismo de transição dentro do sistema político. Ela permite que o parlamentar cumpra o mandato e, perto da eleição, possa decidir se permanece ou se busca outra alternativa. O importante para o partido é montar boas nominatas e fortalecer a presença regional”.

A expectativa, segundo ele, é terminar a janela com um número semelhante ao atual de deputados, mas com uma estrutura mais organizada para disputar as eleições.

O presidente do partido Novo, Eduardo Ribeiro, também aponta que o sistema eleitoral brasileiro acaba estimulando essas movimentações. Segundo ele, o modelo de eleições proporcionais leva

parlamentares a buscar legendas onde a reeleição seja mais viável. “Nosso sistema força combinações muitas vezes estranhas. Deputados migram mais pela viabilidade eleitoral do que pelo alinhamento partidário. No caso do Novo, procuramos manter um critério rigoroso de afinidade programática”, destacou. De acordo com Ribeiro, o partido mantém conversas avançadas com possíveis novos integrantes da bancada.

Na visão de especialistas, a lógica predominante nas trocas partidárias é pragmática. O cientista político Rudá Racci avalia que a janela partidária acaba estimulando negociações relacionadas ao financiamento de campanhas e à viabilidade eleitoral.

Segundo ele, parlamentares frequentemente negociam a mudança de legenda em busca de melhores condições para disputar a reeleição. “A janela, em teoria, ajudaria a criar maior vínculo do parlamentar com o partido. Contudo, na prática, o que ocorre é um leilão pelo fundo eleitoral. O deputado negocia maior percentual de recursos ou uma posição mais favorável na chapa e muda de partido.”

Para Racci, esse mecanismo reforça a fragmentação do sistema partidário e amplia o poder das lideranças internas das siglas. “Funciona como mecanismo de pressão

interna. O resultado é o aumento do poder dos caciques partidários e a reprodução de uma lógica de negociação permanente dentro das legendas”, disse.

Impacto

Para o jurista e especialista em direito eleitoral Roberto Beijato, a janela partidária funciona como uma “válvula de escape” dentro do modelo de fidelidade partidária adotado no Brasil, pois segundo ele, a regra permite maior flexibilidade no sistema político, mas também enfraquece a identidade programática das legendas. “A migração transforma o partido em uma espécie de hospedagem temporária em vez de uma instituição de princípios. O vínculo entre o voto do eleitor e o programa partidário acaba ficando em segundo plano”, explicou.

Beijato avalia que o foco das negociações costuma se concentrar em fatores, como tempo de propaganda eleitoral, composição das chapas e acesso ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha. “A tendência é de concentração nos partidos maiores e nas federações partidárias, que possuem mais recursos e estrutura. Políticos tendem a fugir de siglas pequenas por causa da cláusula de desempenho”, enfatizou.



ROBERTO BRANT

OS MOVIMENTOS DO GOVERNO E DO CONGRESSO NESTE MOMENTO CONSOLIDAM A NATUREZA AUTORITÁRIA DO ESTADO BRASILEIRO, NOS EMPURRANDO PARA MAIS LONGE DA CULTURA DO DESENVOLVIMENTO E DA LIBERDADE

Leis não criam riqueza nem felicidade

A tramitação e o próprio debate sobre a mudança da Constituição para reduzir a jornada de trabalho dos empregados do setor privado da economia, expõem cruamente algumas das piores misérias da cultura política brasileira. Todos devemos desejar que as pessoas trabalhem menos e ganhem mais. Mas, para que isso aconteça, discursos ou leis não bastam. Se bastassem, o mundo não teria problemas.

A primeira miséria de nossa cultura política consiste em ignorar que renda e riqueza dependem da produção do setor privado. Tudo o que o Estado dispõe, para financiar os serviços que presta e os benefícios que distribui, é extraído da produção das empresas e das pessoas. Sem eles nem sequer haveria Estado.

Portanto, há um limite para o Estado apropriar-se das rendas privadas ou para impor novos

custos à produção. Quando esses limites são ultrapassados, o resultado é estagnação econômica e mais pobreza para todos. Nossa América Latina está cheia destes exemplos. Na Argentina, um líder e uma política tornaram pobre um dos países mais ricos do mundo. E o caminho de volta, além de incerto, é sempre penoso.

Outra miséria é o oportunismo e a falta de espírito público de governantes e legisladores. A ideia de mudar a jornada de trabalho à força, por efeito de lei, surgiu inteiramente do nada. Não há qualquer pressão social ou mesmo conflitos no mundo da produção para esta urgência de uma nova legislação.

É uma ideia gerada exclusivamente nos laboratórios de marketing político, para fortalecer a campanha eleitoral do presidente da República e dar discurso social a deputados e senadores, cujo prin-

cipal propósito na vida é se reelegerem, como se já não bastassem para eles os bilhões de emendas do Orçamento, destinadas exclusivamente a esse fim, afora outros propósitos menos transparentes.

Por essa lógica, a única prioridade do país é reduzir a jornada de trabalho e só serve se for agora. Outros problemas não existem, ou podem esperar. O mais triste é que governo e oposição se dão as mãos alegremente nesse caso, embora discordem de tudo o mais que possa importar para o país.

Finalmente, e isso é o pior de tudo, a legislação que se pretende aprovar é um grande retrocesso diante da reforma da legislação trabalhista de 2017, cujo principal avanço foi estabelecer que os acordos coletivos prevalecerão sobre o que está legislado. A Constituição e as leis brasileiras estabelecem apenas uma jornada máxima, com o intuito de poupar os trabalhado-

res de jornadas excessivas.

A partir daí, o campo está livre para que, em mesas de negociações coletivas, empregadores e empregados negociem jornadas menores ou mais flexíveis, conforme as peculiaridades de cada setor produtivo. Uma regra única para toda a diversidade do país e de nosso universo produtivo é simplesmente impraticável.

O historiador econômico e prêmio Nobel de economia Joel Mokyr mostrou que ideias e cultura fazem toda a diferença para o desenvolvimento econômico e explicam muito as diferenças de prosperidade entre as nações. Para melhor entender o que acontece, gosto de classificar as sociedades em duas categorias de cultura: umas têm uma natureza estatutária e outras tem uma natureza contratual.

Nas sociedades estatutárias, as pessoas confiam pouco umas nas

outras e por isso têm receio das negociações e de acordos, preferindo jogar segundo regras impostas por uma autoridade. Essas sociedades, porque operam com regras fixas, têm muita dificuldade de se adaptarem às mudanças e vão ficando para trás.

As sociedades contratuais pedem à autoridade apenas um marco geral para demarcar o ambiente em que vão viver e se relacionar, ficando franqueado aos indivíduos a busca do seu próprio interesse no diálogo com os interesses dos outros. São sociedades adaptativas, porque abertas para as mudanças e não arrastam correntes pesadas no seu caminho para o novo e o diferente.

Os movimentos do governo e do Congresso nesse momento consolidam a natureza autoritária do Estado brasileiro, nos empurrando para mais longe da cultura do desenvolvimento e da liberdade.